

Neste sábado tem assembleia estadual na sede do Sintrajud

O Sindicato convoca todos os servidores a participarem da assembleia que acontece na sede do Sintrajud, às 17h de sábado, dia 06 - Ler mais página 03

Foto Jesus carlos



joca duarte



Após mobilização no TRF-3/ JF, reajuste do convênio médico é temporariamente suspenso

página 05

Sintrajud denuncia Juíza que assediou moralmente servidora do Juizado Especial Federal

página 07



Condições do fórum da Justiça Trabalhista de Santos colocam servidores e usuários sob risco

página 06

Violenta repressão da polícia no Mato Grosso fere servidor do JF, mas não para mobilização

página 08

Editorial

Superávit à custa de quem?

O governo Dilma divulgou em 25/07 que alcançou um superávit de R\$ 55,5 bilhões no primeiro semestre, o que representa 70% de toda a meta prevista para o ano, sendo este resultado 123% superior ao obtido no mesmo período do ano passado. Este resultado teria sido alcançado principalmente graças a um forte crescimento nas receitas, da ordem de quase 20%, que somaram R\$ 393,5 bi no mesmo período.

Apesar do recorde de arrecadação e superávit além do previsto, o governo se apressou em comunicar, em reunião em 21 de julho com as entidades do funcionalismo, que não haverá qualquer reajuste linear na proposta orçamentária a ser enviada ao Congresso até fins de agosto.

Na reunião, as entidades nacionais de servidores apresentaram ao governo estudo realizado pela Auditoria Cidadã da Dívida que mostra que a despesa da União com servidores despencou de 56% para 33%, nos últimos 15 anos, do comprometimento das receitas correntes líquidas. Por outro parâmetro, as despesas com pessoal tinham caído de 5,36% para 4,53% do Produto Interno Bruto, que é a soma de todas as riquezas produzidas no país (mais detalhes em: <http://www.sintrajud.org.br/mostra.asp?noticias=1384&Classe=>).

Esta redução deu-se com o crescimento da arrecadação, pela qual os servidores são responsáveis, frise - inclusive no Judiciário, que ultrapassa 20 bilhões de arrecadação no ano - mas também pela precarização e desmonte dos serviços públicos e com a retirada de direitos e congelamento de salários e benefícios dos servidores.

Como visto, o governo tem recursos necessários para garantir investimentos na melhoria do serviço público, na contratação de mais servidores, assegurando-lhes melhores condições de trabalho, para garantir a revisão anual dos salários ao conjunto do funcionalismo, bem como pode garantir a aprovação e implementação do projeto do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário Federal que encontra-se engavetado no Congresso Nacional desde dezembro de 2009.

Para que isto de fato ocorra, é fundamental a reconstrução de forte mobilização para este segundo semestre de todo o funcionalismo, com pressão combinada sobre o governo e as cúpulas de cada um dos poderes.

Errata

Ao contrário do que disse a matéria da página 7, da edição 426, cujo título “TRF/JF impõe pacote com aumento abusivo e tenta empurrar servidor para o ‘mercado’ da saúde”, não foi o sindicato que também impôs nova tabela de custeio dos servidores no pró-social, para 60%, e sim a própria administração do Tribunal.

Seja solidário, doe sangue

O servidor da JT Barra Funda, Joel da Silva, que nasceu 05/01/1946, irá se submeter a uma cirurgia dia 30 de agosto, no Hospital A.C.Camargo. Por isso, pede-se doação de sangue para repor a quantidade que será utilizada no procedimento.

Para colaborar compareça no hospital que fica na Rua Professor Antônio Prudente, 211, metrô São Joaquim, de segunda a sábado, das 8h às 17h. Basta dar o nome do servidor e a data de seu nascimento.

Nota de falecimento

A esposa do servidor Paschoal Pagliari Júnior, Angela Aparecida Fernandes da Silva, faleceu no dia 14 de julho.

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Diversãoismo

Gerson Ney França*

O fato de a direção do Sintrajud/SP ter pugnado por se priorizar a discussão da carreira na gênese do PL 6613/09, e nisso ter sido derrotada no foro nacional da Fenajufe, não a exime da responsabilidade de hoje estar defendendo com tanto afinco o texto na forma que foi enviado ao Congresso, especialmente com a virulenta contraposição à ideia do Subsídio.

Antes revela uma contradição, pois terem sido àquela época tão contrários ao que impôs a Federação Nacional, deveria credenciar os sindicalistas de São Paulo a serem os mais receptivos ao Subsídio, já que, se este não revisa as carreiras, ao me-

nos aponta para a equiparação dos vencimentos, objetivo comum, crê-se, às duas vertentes.

Por outra, se houve ou não por parte do Governo a proposta de revisão salarial por intermédio do Subsídio, é discussão importante sim, mas não pode servir para encobrir o fato de que a proposta efetivamente existe. Tenha partido dele, de parlamentares, do movimento sindical, do Sinasempu, de alguma cabeça neoliberal, de um Ovni, o fato é que a proposta existe e ganhou a adesão de milhares de servidores do judiciário e do MPU. Se o governo quer ou aceita dá-lo ou se está apenas blefando, não se apaga o fato de que a proposta

EXISTE concretamente.

E tem que ser olhada com carinho, porque, ao menos teoricamente, é mais fácil de se conseguir, vez que, além de todas as melhorias que traz à maioria dos servidores, impacta menos do que o PL original o orçamento da União.

Se você ainda não conhece a proposta do Subsídio, acesse o site www.subsidioja.com.br, e se informe.

Uma coisa só mais: “Direito histórico” é aquilo que uma vez conquistado servirá ao longo do tempo para todos os iguais. Assim não sendo, a razão aconselha chamá-lo “vantagem” ou “privilegio”.

* servidor do TRE/SP lotado na 314ª ZE - Tremembé/SP.

Você está endividado?

Claudio Klein*

Você usa sua margem consignada? Você conhece algum colega que está endividado?

Hoje o endividamento dos trabalhadores tomou conta do Brasil. E no serviço Público Federal não é diferente.

Quando entrei no Judiciário, em 1995, logo no início do Plano Real, os trabalhadores do país não gastavam mais de 2% do PIB com dívidas. Ao final do governo FHC esse montante chegou a 6%. Já no governo Lula, essa dívida deu um grande salto, passando a 15% do PIB.

Segundo o jornal Estado de São Paulo, o total da dívida das pessoas físicas chegou a R\$ 653 bilhões (uns 110 PCS mais ou menos... só de dívida).

O que quer dizer isso? Segundo estudos hoje 64% das famílias que vivem nas capitais vivem endividadas, pagando prestações em média de R\$ 1.500,00 mensais, comprometendo quase todo o salário. É

uma calamidade.

Para que são utilizados esses empréstimos?

Na maioria dos casos para o consumo imediato. Compra de bens de consumo, com automóveis, eletrodomésticos, vestuário, e viagens e turismo. Em alguns casos na compra de imóveis.

Na maioria dos casos, o dinheiro vai embora, restando uma salgada prestação mensal que as vezes consome uma fatia grande do salário.

O crescimento econômico e uma diretriz do Governo, fez com que os bancos abrissem as torneiras do crédito, com prazos a perder de vista, facilidades no cheque especial, cartão de crédito e crédito consignado. O povo se endividou, sem pensar nos juros que se paga por esta dívida.

Uma das principais medidas tomadas pela presidente

Dilma no combate à inflação foi aumentar as taxas de juros. O Brasil já apresenta a maior taxa de juros do mundo. Pagamos na ponta final do crédito, o juro pode chegar a 150% ao ano, no caso do cheque especial e cartão de crédito. E tem muita gente pagando isso, ganhando bem e repassando de mão beijada para os bancos e operadoras de crédito. Por fim a grande sacanagem foi a introdução do **crédito consignado** a partir de 2003.

Por ter juros mais baixos, parece ser vantagem. Na verdade é, mas para o banco que empresta a juros relativamente altos, sem risco nenhum, pelo resto da vida e no nosso caso, para os descendentes. Sem aumento salarial a categoria tende a entrar num buraco sem fundo.

É necessário que reflitamos sobre isso.

* servidor do TRF-3 e diretor de base do Sintrajud

IDEIAS - textos para essa seção devem ser enviados por email para imprensa@sintrajud.org.br, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão devolvidos ao autor.

Jornal do
Judiciário

Órgão Oficial do Sindicato dos
Trabalhadores do Judiciário
Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues dos Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanchez, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcísio Ferreiras.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / Subsele Baixada Santista: R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos@uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / Subsele Barra Funda: e-mail: subselebarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672. Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Vivian Costa. Colaboradores: Hélio Duarte Filho. Diagramador: Diego Planamente Tiragem: 13.000

Neste sábado tem assembleia estadual na sede do Sintrajud

Para definir a retomada da mobilização neste semestre, servidores se reúnem no sindicato às 17h. De manhã começa o 32º Conselho de Base.

No próximo sábado, dia 06, acontece um importante evento para a luta dos servidores do Judiciário Federal neste segundo semestre. A assembleia geral, no auditório do Sintrajud, que acontece depois de 17h, o Sintrajud fica

na rua Antônio de Godoy, 88, Centro, São Paulo

irá debater e deliberar sobre a retomada das mobilizações pelo PCS no 2º semestre e a luta contra o congelamento salarial, a assembleia também definirá a construção do calen-

dário de mobilização nacional e estadual. Além disso, os servidores discutirão os problemas nos locais de trabalho e definirão as pautas de reivindicações específicas. A assembleia também elegerá os (as) delegados (as) para a Reunião

Ampliada da Fenajufe, no dia 13/08/2011, em Brasília/DF.

“Estamos começando agora o 2º semestre e o governo já demonstra quais são as suas intenções: congelamento salarial, congelamento dos benefícios, uma nova reforma

da previdência. A retomada das mobilizações é fundamental para que possamos colocar fim ao congelamento salarial, por isso, a participação de todos nesta assembleia é fundamental”, afirma a diretora do Sintrajud Inês Castro.

Sintrajud realiza 32ª Reunião do Conselho de Base

O Sintrajud está convocando todos os servidores para o 32º Conselho de Base da entidade que acontece neste final de semana, dias 06 e 07. O evento acontece no auditório do Sintrajud e começará às 10h, nos dois dias. O Sintrajud fica na rua Antônio de Godoy, 88, no Centro de São Paulo.

Está na pauta desta reunião a avaliação do cenário político, econômico e social no qual se inseriu a luta dos trabalhadores brasileiros e a relação com o governo da presidenta Dilma Rousseff neste primeiro semestre. Serão dados informes gerais dos locais de trabalho e das negociações em Brasília. Os servidores também debaterão a retomada

das mobilizações pela aprovação do PCS e contra o congelamento salarial, assim como a construção do calendário nacional e estadual de mobilização deste segundo semestre.

No domingo acontece a oficina “Trabalho e Saúde” com a monitoria de Ana Paula Lopes dos Santos (psicóloga, doutora em Saúde Coletiva pela USP e assessora de Saúde do Trabalhador do Sintrajud). (veja mais no box abaixo).

A 32ª Reunião do Conselho de Base é aberta para todos os associados com o direito a voz. Competindo a Diretoria Executiva, Direção de Base e Representantes dos Aposentados, o direito a



Fotos Jesus Carlos

Servidores durante a votação no 27º CB do sindicato

voz e voto.

Os interessados em participar devem confirmar pre-

sença até o dia 04 de agosto de 2011 (quinta-feira), às 16h, no telefone: (11) 3222-5833,

com as funcionárias Juliana e Telma, e/ou por e-mail: secpolitica@sintrajud.org.br.

Oficina: Trabalho e Saúde

O trabalho no Judiciário Federal afeta a saúde de todos. Não são poucos os casos de humilhações e injustiças dentro do Judiciário, assim como as condições de trabalho precárias e insalubres, além do aumento das pressões por produtividade, em nome das metas.

Nesse contexto, a distribuição arbitrária das Funções Comissionadas e as disputas envolvidas, o aumento de processos administrativos e disciplinares, as ameaças de remoções indesejadas entre outros mecanismos de coação, favorecem a produção de um cenário de Psicoterrorismo no trabalho.

Para transformar essa realidade a favor da saúde e da vida dos trabalhadores é preciso



A psicóloga Ana Paula coordena oficina “trabalho e saúde”

conhecê-la e enfrentá-la. Por isso, a oficina Trabalho e Saúde tem como objetivo fornecer ins-

trumentos teóricos e práticos, para a identificação e intervenção nos locais de trabalho, sob o enfoque na prevenção e promoção da saúde.

A oficina será realizada no domingo, dia 07, das 10h às 14h, no Sintrajud. A monitoria será Ana Paula Lopes dos Santos (foto), psicóloga, doutora em saúde coletiva pela Universidade Federal de São Paulo e assessora do sindicato.

Contamos com você para potencializar o Coletivo de Saúde, refletir sobre Trabalho e Saúde e disseminar as ações para o interior do Estado.

Qualquer dúvida entrar em contato com Juliana no telefone: (11) 3222 5833 ramal 222 ou 224.

Sintrajud sedia reunião contra a taxaço das aposentadorias

Evento discutiu planos de mobilização para pressionar parlamentares em Brasília. Próxima reunião acontece dia 15 na sede da Apampesp

Por Vivian Costa

A preparação rumo à Brasília no dia 31 de agosto para lutar pela aprovação das PECs 555 e 270 já começou. O Sintrajud sediou no dia 25 de julho uma reunião da Frente Nacional São Paulo pelas PEC 555 e 270, integrada por sindicatos e associações de servidores, para defi-

nir rumos da mobilização. Outro encontro para finalizar os preparativos vai ocorrer na Apampesp, no dia 15 de agosto, às 14h, na Rua Cel. Xavier de Toledo, 99, 5º andar.

O deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB), que participou da reunião, ressaltou a importância de todos participarem da caravana rumo à Brasília para aumentar a pressão

pela aprovação das PECs.

Ele lembrou também que a grande desculpa do governo para mexer na previdência dos servidores é que há um rombo. “Mentira. Foi registrado superávit na previdência social em 2010. A previdência não está quebrada”, observou

“A reunião mostrou que todos nós devemos nos envolver, principalmente

os que estão trabalhando, porque no futuro todos irão se aposentar... Uma derrota pode abrir portas para a aprovação do PL 1992/07”, disse a coordenadora do Núcleo dos Aposentados do Sintrajud Ana Fervereiro.

Quem quiser participar da caravana à Brasília deve entrar em contato com o Sintrajud no telefone (11) 3222 5833.

Jornada de mobilização começa para exigir previsão do PCS no orçamento

Mês que antecede envio de propostas orçamentárias deverá ser marcado por protestos em Brasília do Judiciário e MPU e de outros setores do funcionalismo

Por Hécio Duarte Filho

Não há descanso. A luta para derrubar o congelamento salarial e aprovar o PCS recomeça em agosto tendo como alvo garantir que a previsão orçamentária para 2012 reserve recursos para o PL 6613/09 parado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara (CFT).

Agosto é chave na luta contra o congelamento imposto pelo governo de Dilma por dois fatores: primeiro, marca o prazo final (dia 31) para o governo enviar ao Congresso a proposta de Lei Orçamentária Anual de 2012 (LOA), cujo teor pode ou não conter previsões de recursos para reajustes salariais. Segundo, porque é o período indicado por boa parte dos segmentos do funcionalismo para acelerar as mobilizações da campanha salarial conjunta.

Pressão sobre a Comissão de Finanças

O calendário dos servidores do Judiciário e MPU começa com a pressão sobre os deputados da CFT para que os projetos que revisam os salários sejam aprovados. A proposta não está na pauta da primeira reunião da Comissão após o recesso legislativo, na quarta-feira (3), mas os servidores querem 'pautar' o tema.

Na última sessão, em julho, os deputados não votaram o projeto do Judiciário, apesar de o presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, ter enviado ofício assegurando que o PL teria respaldo na proposta orçamentária a ser encaminhada pelo tribunal ao Planejamento até 15 de agosto.

Vigília no STF

É justamente para garantir que o PCS esteja no orçamento do Judiciário que os servidores voltam a Brasília na quarta da semana seguinte, dia 10, quando a atividade central será uma vigília no STF.

Os servidores sabem que, ano passado, a promessa de Peluso de que o PCS estaria no orçamento enviado ao Planejamento acabou não passando de promessa. "Temos o desafio de pressionar o Judiciário para que inclua a previsão de verbas para implementação do PCS, cobrando postura enérgica do presidente do STF junto à presidente Dilma, para que não haja corte quando do envio do projeto da Lei Orçamentária Anual ao Congresso", defende Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud. "A mobilização cumpre papel decisivo de cobrar que a cúpula do Judiciário se mova em defesa da autonomia que o poder dispõe para fixar seu orçamento, o que vem sendo continuamente desrespeitado", diz.

Para ele, as mobilizações também têm a tarefa de forçar os parlamentares a ir além das declarações verbais de apoio ao projeto. "O Congresso Nacional é apêndice e cúmplice do governo, não votando nada que não tenha seu aval. Precisa estar sob pressão o tempo todo, sob pena de não votar nada que desagrade o governo", constata o servidor.

O calendário prevê ainda uma jornada de manifestações gerais, das quais o funcionalismo participará, que começa dia 17 e termina dia 24, com protestos em Brasília. Também estão marcadas duas reuniões ampliadas da federação, dias 13 e 23 (ver texto na pág. 3). O Sintrajud convoca toda a categoria a participar das atividades.

Foto Valcir Araujo



Protesto do Judiciário em Brasília, em agosto de 2010: é preciso retornar à capital

Negociações gerais empacam e servidores devem jogar peso nos protestos da 2ª quinzena

Mais do que enrolação, o que acontece nas negociações gerais do funcionalismo com o governo é uma "farsa", em que não haverá concessões. Quem afirma é o servidor Paulo Barela, que participa das reuniões com o Planejamento representando a CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular).

Na última reunião, ocorrida no dia 21 de julho, o secretário de RH, Duvanier Paiva Ferreira, disse aos servidores que o governo não está dispo-

to a negociar índices lineares para o funcionalismo. Disse ainda que, a depender do Plannalto, as discussões salariais vão acontecer nas mesas específicas. "Ao mesmo tempo em que ele diz isso, quando vai discutir na mesa setorial ele diz que nesse momento o governo não tem como fazer concessões", contesta Barela, para quem a posição do Planejamento reflete um governo que mantém a política de privilegiar grandes empresários e ban-

queiros em detrimento dos trabalhadores.

O fórum amplo do funcionalismo protocolou um pedido de audiência com a ministra Miriam Belchior, até agora sem resposta. No caso do Judiciário e do MPU, não há negociação específica: o governo entende que cabe ao Poder Judiciário negociar com seus servidores. Na mesa geral, os representantes da Fenajufe participam como ouvintes. (HDF)

Foto Jose Cruz ABR

Reunião nacional é antecipada por iniciativa de sindicatos para preparar mobilizações

Por iniciativa de sete sindicatos, a data da primeira reunião ampliada da categoria após o indicativo de suspensão da greve vai acontecer antes, em 13 de agosto.

A convocatória foi distribuída pela direção da federação após o Sintrajud e mais os sindicatos do Mato Grosso (Sindijufe-MT), Bahia (Sindjufe-BA), Alagoas (Sindjus-AL), Maranhão (Sintrajufe-MA), Mato Grosso do Sul (Sindjufe-MS) e Piauí (Sintrajufe-PI) assinarem a proposta de antecipação da reunião, o que está previsto no estatuto da entidade. A Fenajufe, no entanto, manteve também a convocação para o dia 23. (HDF)



Plenário da Câmara às moscas em 1º de agosto, retorno do recesso: sem pressão, deputados não vão votar projetos dos servidores

Depois de mobilização, reajuste do plano médico é suspenso

Presidência do TRF convocou uma reunião com servidores para tratar do assunto no próximo dia 5 de agosto, às 17h, mas excluiu sindicato e servidores da 1ª instância

Por Vivian Costa

Vitória para os servidores do TRF/JF que conseguiram fazer com que a administração do tribunal suspendesse o aumento abusivo de 12,5%, mais a imposição da co-participação de 20% nos procedimentos médicos (exames, consultas e outros) e de 60% no Pró-Social do plano médico-hospitalar, que entraria em vigor no dia 1º de agosto. Em contrapartida, a presidência convocou uma reunião com alguns representantes de gabinetes e secretarias do tribunal para tratar do assunto no dia 5 de agosto. Como a batalha para impedir novas medidas abusivas continua, os servidores decidiram durante a paralisação do dia 29 de julho, realizar uma nova assembleia, com vigília na frente do TRF-3, a partir das 14h, no dia da reunião.

“Essa é uma vitória importante, porque mostrou a força da união da categoria. Quando há organização, debate e mobilização a gente consegue chegar ao nosso objetivo. Mas é importante lembrar que a luta ainda é necessária porque esse recuo pode ser estratégico para depois trazerem medidas mais salgadas”, ressaltou o diretor do Sintrajud Dalmo Duarte.

O diretor do Sintrajud, Adilson Rodrigues, lembrou que além da mobilização, o sindicato buscou combinar várias formas de atuação para resolver o problema, cobrando abertura de negociação com a administração do TRF e do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília, onde demonstrou, por meio de estudos elaborados pela assessoria econômica do Sintrajud, que o aumento abusivo podia ter sido evitado, com melhor negociação do contrato junto à Amil e com o remanejamento de sobras orçamentárias para custear o alegado déficit de R\$ 2,2 milhões.

A servidora do TRF-3 e diretora da Fenajufe, Ana Luiza Figueiredo, chamou a atenção dos servidores de que a administração pode tentar dividir a categoria durante a reunião. “É importante lembrar que nós como indivíduo temos nossas limitações e com isso, perdermos força, ficamos fracos. Quando nos tornamos um coletivo, e agimos em

Foto: Jesus Carlos



Servidores mobilizados contra reajuste abusivo

Sintrajud se reúne com Ari Pargendler presidente do CJF



grupo e com unidade, a coisa é diferente”.

“Ganhamos apenas a primeira batalha. Por isso, todos os servidores precisam se conscientizar da importância da continuidade da mobilização pela luta pelos nossos direitos. Mais pessoas precisam se envolver nesta luta para pressionar a administração e assim chegarmos ao nosso objetivo”, disse o servidor Valdir Amado da Silva.

Ações conjuntas

A postura do TRF, de apenas informar a renovação do contrato com a Amil, via comunicado foi desaprovado pelos servidores desde o início. Diante do cenário, o Sintrajud, assim que tomou conhecimento da decisão unilateral, chamou a categoria



Sintrajud se reúne com secretária geral do CJF

para se mobilizar, pediu uma reunião com o presidente do tribunal, desembargador Roberto Haddad, e solicitou cópia do contrato e documentos com todos os dados sobre o plano médico para analisar.

No dia 28 de julho, a comissão de saúde, composta por servidores, mais os diretores do sindicato, Cléber Aguiar, Dalmo Duarte e Adilson Rodrigues, ainda entregaram o abaixo-assina-

do, com mais de duas mil assinaturas, para o diretor geral do tribunal Gilberto de Almeida Nunes, reivindicando a suspensão do reajuste, além de que a presidência do TRF-3 tomasse as medidas necessárias para garantir o remanejamento de verbas necessárias, além do aumento dessa rubrica no orçamento de 2012. (vide box)

Mesmo com tanta pressão, o tribunal só decidiu abrir negociação às vésperas do reajuste entrar em vigor, no dia 29 de julho, ao convocar a reunião já citada. Mesmo assim, a postura unilateral e excludente se manteve ao tentar impedir a participação do Sintrajud e dos servidores da 1ª instância da Capital, que também são alcançados pelos aumentos abusivos. “Não aceitamos tratamento diferenciado. Vale lembrar a presidência do TRF tem negado sistematicamente em receber a direção do Sintrajud desde que assumiu em maio de 2010. Por isso não se sabe qual o grau de efetivo comprometimento dele na busca de solução para uma questão tão “cara” e importante como a saúde”, disse o diretor Sintrajud Adilson Rodrigues.

Redução via benefício

Os servidores deliberaram que a partir de agora as próximas lutas serão combinadas com o calendário geral pela aprovação do PCS e manutenção dos demais direitos da categoria. Já que uma das causas da crise do Pró-Social está no fato de que salário está congelado desde 2006. “Se a tabela estivesse sendo reajustada, o pagamento da diferença do plano de saúde seria suficiente para cobrir o déficit”, lembrou Ana Luiza Figueiredo.

Remanejamento é possível, basta vontade política

No comunicado do dia 13 de julho a administração do TRF justificou que o reajuste seria necessário porque os recursos destinados à saúde na Justiça Federal estão inalterados desde 2003. Mas, segundo o levantamento feito pelo Departamento Econômico do Sintrajud, dinheiro tem, o que falta é vontade política para fazer remanejamento. Segundo o estudo, o orçamento autorizado de toda a JF para a Assistência Médica e Odontológica (A.M.O.), em 2011, foi de R\$ 82,5 milhões, uma redução de 2,99% quando comparado a 2010. Mesmo com essa redução, até quatro de julho deste ano, só foram gastos R\$ 29,3 milhões, ou seja, 35,56% do total do valor. “O ideal é que já tivesse sido usado 50,68%. Assim, na data, havia uma margem no orçamento com a assistência médica de 15,13% do total, representando uma sobra de R\$ 12,4 milhões, ou quase 2,5 vezes o orçamento do ano para o TRF-3. Essa diferença está em outras unidades, basta fazer um remanejamento. Não há nenhum impedimento legal”, observa o economista Washington Moura Lima, coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud.

Para o economista, o problema da redução orçamentária está ligada ao fato de que há vários anos a média do valor por beneficiado está congelado em R\$ 90 onde, assim como acontece com o PCS, o Poder Judiciário vem abaixando a cabeça para o executivo e deixando de usar a autonomia orçamentária que a Constituição lhe assegura e que precisa ser exercida. “O repasse por beneficiado deveria ser R\$ 170, se tivesse tido reposição da inflação, e não os R\$ 90 como é feito hoje”, comentou o diretor do Sintrajud Cléber Aguiar. E disse ainda, “a partir de outubro os recursos da A.M.O. devem acabar o que irá acarretar mais custos aos servidores, já que o custo do plano médico será repassado na íntegra para o trabalhador.”

Tanto é possível remanejar que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) recebeu um Crédito Suplementar de R\$ 2.874,03 para a A.M.O, conforme publicado no Diário Oficial da União de 21/07/11. Vale lembrar que este valor saiu da rubrica Apreciação de causa na JT GND- 3, comprovando assim que há possibilidade jurídica e orçamentária para o remanejamento de verba.

Hoje são necessários cerca de R\$ 2 milhões para solucionar a questão da co-participação. A administração do TRF-3 sabe desse problema há muito tempo. “Como o Presidente do tribunal tem uma cadeira no CJF, ele pode tanto negociar o remanejamento necessário como o aumento na verba do orçamento para 2012 para que não passemos por isso de novo”, afirma o diretor do Sintrajud Dalmo Duarte.

Foto: Joana Darc Melo

Condições do fórum da Justiça Trabalhista de Santos colocam servidores e usuários sob risco

Paredes rachadas do chão ao teto, escurecidas por infiltração de água e explosão do distribuidor de energia expõem problemas estruturais do fórum, que vêm desde 2006

Por Caê Batista

Imagine que você está trabalhando, fazendo suas tarefas cotidianas, e de repente o distribuidor de energia elétrica do prédio onde você está “estoura”. Foi isso que aconteceu na Justiça Trabalhista de Santos, na sexta-feira, dia 22 de julho. “Causou um grande susto em todo mundo”, conta a servidora Marinilda Dias, que trabalha na 6ª vara do fórum.

Os servidores foram dispensados do trabalho na sexta, e no domingo (24), os técnicos da CPFL religaram o transformador, mas “estourou de novo. Estourou o transformador do poste também”, conta Marinilda. Segundo o Diário Oficial do TRT-2, do dia 26/07, houve um “problema no fornecimento de energia elétrica por parte da concessionária”.

A assessoria de imprensa do TRT-2 informou que “o problema ocorreu na entrada de energia do prédio do fórum, e que a questão foi solucionada em conjunto pela CPFL e pelo Serviço de Engenharia e Arquitetura do TRT da 2ª Região”.

A energia elétrica do prédio só foi “normalizada” na terça-feira, dia 26. Normalizada em termos, porque quem passa em frente da JT da cidade litorânea até se assusta com a instalação que foi feita. “Aquilo não é nem um ‘gato’. É um tigre”, ironizam os servidores do prédio.

Prédio apresenta sérios problemas na estrutura

Qualquer um ficaria assustado pelo estouro de um distribuidor de energia. Susto semelhante aconteceria se parte do forro do teto do lugar em que você trabalha desabasse sobre você. Pode parecer uma história esquisita, mas foi exatamente isso que aconteceu em março deste ano neste mesmo fórum trabalhista.

Na ocasião o Sintrajud

ingressou com um Requerimento Administrativo (RA) cobrando do presidente do TRT-2, desembargador Nelson Nazar, providências urgentes para garantir os reparos necessários. Também se pedia que fossem “apuradas as condições do prédio” da Justiça Trabalhista de Santos, bem como “realizadas todas as obras e reparos necessários, em caráter de extrema urgência”.

Acidente ou negligência?

Logo após ampla reforma realizada em 2006, verificou-se que o prédio da JT de Santos já estava com infiltrações e vazamentos, sendo que, acionada, a administração do TRT limitou-se a enviar engenheiros para fotografar o local, deixando de cobrar providências da empreiteira responsável pela reforma. A situação desde então só piorou, com o agravamento das rachaduras nas paredes e colunas de sustentação, que vão do chão ao teto, com mofo e bolor escurecidos pelo efeito das águas de chuva, o que dá um péssimo aspecto às secretarias das varas, salas de audiências e gabinetes.

Quando ocorreu o “acidente” com a queda do forro, representante do Sintrajud compareceu ao local e verificou que algumas varas estavam com as paredes emboloradas pela infiltração, exalando aquele odor peculiar. Os servidores do prédio ainda contaram que em momentos de chuva, a água vazava para dentro das varas, “escorrendo abundantemente pelas paredes”.

Medidas precisam ser tomadas com urgência

O Sintrajud protocolou requerimento administrativo junto ao TRT, instruído com fotos ilustrativas das péssimas condições do fórum, onde cobra solução urgentes dos problemas verificados no prédio, estando sem

Foto Joca Duarte



Em 30/06, Sintrajud se reúne com presidente do TRT-2, Nelson Nazar, e cobra melhores condições de trabalho na JT de Santos

Fotos Marcela Mattos



Parede embolorada pela umidade



“Tigre” na instalação elétrica do fórum

qualquer resposta desde a data do protocolo, em 04 de abril deste ano.

A direção do Sintrajud ainda cobrou providências do presidente e do diretor geral do TRT-2, no dia 30 de junho, quando se reuniu com o desembargador para tratar da greve dos servidores da JT. “O que mais é preciso acontecer para que o TRT-2 tome providências? Que o prédio desabe sobre os servidores e usuários?”, questiona o diretor do Sintrajud e servidor da JF de Santos, Adilson Rodrigues.

Para ele é inadmissível que o problema esteja sem qualquer encaminhamento há tanto tempo, situação que só se agrava com essa “pane elétrica”. Em sua opinião, ao não atuar, a administração está sendo negligente, assumindo assim a responsabilidade por qualquer acidente que “venha a acontecer”, envolvendo servidores, magistrados, advogados e usuários do prédio, o que deve ser evitado.

A diretoria do Sintrajud destaca que está procurando a administração do TRT para reiterar providências necessárias que, se não forem tomadas urgentemente, levará a entidade a pedir a interdição e fechamento daquele fórum junto aos órgãos fiscalizadores, buscando evitar qualquer risco à integridade física dos trabalhadores que representa.

Sintrajud representa Juíza perante Corregedoria por assédio moral contra servidora grávida do JEF

Assédio moral está cada vez mais instituído dentro do Judiciário.

Por trás dele estão as metas impostas pelo CNJ e a disputa por FC's, diz servidora

Por Caê Batista

Grávida de cinco meses, a servidora do Juizado Especial Federal (JEF) de São Paulo Maria de Fátima* voltou de viagem dia 26 de julho. Suas férias deveriam acabar três dias depois. Ela se sentiu mal e procurou um médico que lhe recomendou repouso entre o dia 29 julho e cinco de agosto. Poderia ser um tranquilo retorno de férias.

Poderia! Entretanto, a juíza federal Vanessa Vieira de Mello, Coordenadora das Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de São Paulo, entrou no facebook da servidora, copiou as fotos da viagem que Maria de Fátima fez nas férias com sua filha (menor de idade) e seu marido (algumas em trajes de banho) e elaborou dossiê que determinou fosse encaminhado por diretor a ela subordinado para todos os colegas da servidora das turmas recursais, desembargadores, juízes federais, corregedoria do tribunal afirmando que a servidora estava usando a licença médica para viajar: "Informo, com a presente mensagem, que, ao tempo em que a servidora... requer licenças médicas, notícia em página de relacionamento... comentários e fotografias que revelam a realização de viagens...".

"Quando vi, fiquei doída da vida, pela exposição da minha filha, do meu marido... e também porque não me foi dado o direito de defesa", conta a servidora. Não é possível dizer que sua vida nunca mais será a mesma, mas é possível perceber que ela está passando por um constrangimento sem proporções. Ela conta que dias atrás esteve no seu local de trabalho, mas ficou completamente paralisada: "sabe quando você fica em frente ao lugar (onde você trabalha), mas fica tremendo? Só me sinto segura quando estou em casa", diz.

Não seria para menos,

Foto Joca Duarte



Diretor do Sintrajud, Cléber Borges Aguiar, ingressando com a representação contra a juíza Federal Vanessa Vieira de Mello

uma vez que junto à representação feita contra a juíza, foram anexados os documentos comprovando que a servidora jamais se utilizou de licenças para viajar, que as fotos postadas no facebook foram registradas durante seu período de férias.

A maior preocupação da servidora é com a sua gestação. Sua médica lhe disse que é difícil saber o mal que esse "estresse pode causar ao bebe". "Ela (a médica) me disse que essa situação pode

Apesar disso tudo, a servidora acredita que a denúncia é fundamental para impedir que situações como essas se repitam. "Não quero que ninguém passe o que eu passei. Quero desencorajar aqueles que querem tornar práticas assim, em práticas comuns", conta.

Sintrajud ingressa com representação contra juíza

No dia 15 de julho, o Sintrajud ingressou com uma

questionar os atestados médicos apresentados por servidores, caso exista alguma dúvida com relação à sua veracidade, sem a necessidade de nenhuma exposição, diferente do que aconteceu neste caso, onde foram usados procedimentos inadequados e sem previsão legal, de caráter intimidatório, com o uso e manipulação de informações retiradas de um site de relacionamento", argumenta a advogada do Sintrajud Eurides Rocha.

Na representação, o Sintrajud pede que a Corregedoria instaure um processo administrativo disciplinar para apurar a postura da juíza Vanessa Vieira de Mello, que ela seja destituída do cargo de Coordenadora das Turmas

Recursais do Juizado Especial Federal de São Paulo, por não ser preparada para enfrentar questões referentes à gestão de pessoas; que seja feita a retratação à servidora pelos meios de comunicação da Justiça Federal, e que seja reconhecido que a postura da magistrada, ao expor a imagem de uma servidora e seus

familiares, não é compartilhada pela administração. A retirada da função comissionada que a servidora ocupava também foi denunciada, mas está sendo tratado em expediente próprio pelo Sindicato.

Assédio moral como gestão do trabalho

Metas, conciliações, processos virtuais já fazem parte do cotidiano dos servidores. E o Juizado Especial Federal é uma espécie de vitrine para esse "novo" Judiciário. Mas por trás dessa quantidade de números, gráficos, metas e outros que tais, o que se tem percebido é o aumento da pressão por produtividade, aumento de casos de assédio moral e o crescimento do número de servidores adoecidos.

"Essa situação tem se agravado porque o CNJ impõe metas impossíveis, há uma disputa muito grande pelas Funções Comissionadas e as chefias e os juízes se acham no direito de pressionar moralmente os servidores", explica a diretora do Sintrajud Angélica Olivieri. Ela ainda argumenta que o assédio moral é proveniente da hierarquia rígida e do autoritarismo predominante dentro do Judiciário, onde temos juízes cumprindo funções administrativas, sem estar preparados para isso.

Denuncie

Para Angélica, o servidor vítima de assédio moral deve procurar imediatamente o sindicato, antes de tentar qualquer saída individual. Ela também alerta que é preciso cercar o servidor assediado de solidariedade, pois, "se hoje o assédio acontece com seu colega, amanhã o mesmo pode acontecer com você". O sindicato tem buscado mapear outros casos e locais de trabalho onde existe denúncia de abuso de chefias, para futuras providências.

* Usamos nome fictício para proteger a identidade da servidora.

"Não quero que ninguém passe pelo o que eu passei. Quero desencorajar aqueles que querem tornar práticas assim, em práticas comuns"

antecipar o trabalho de parto, que é muito grave". Maria de Fátima ainda revela que quando lembra da situação e de toda exposição que sofreu, e ainda está sofrendo, porque não é possível mensurar quantas pessoas podem ter acesso a este e-mail, ela chora, "dá um nó na garganta, é um pânico", conta.

representação junto à Corregedoria Regional do TRF contra a Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello, demonstrando que a magistrada agiu de forma "ilegal e arbitrária" ao determinar o encaminhamento de e-mail expondo a servidora, seu marido e sua filha menor de idade. "Existem meios legais para se

7ª Copa de futebol Society do Sintrajud

As inscrições foram prorrogadas

Os boleiros podem se inscrever agora até o dia 19 de agosto

Foto Wladimir Aguiar

As inscrições para 7ª Copa de Futebol Society do Sintrajud foi prorrogada até o dia 19 de agosto. Os interessados devem formar seus times e se inscreverem pelo telefone 3222-5833, no departamento Sócio Cultural. Os jogos desse ano acontecerão nas quadras do Nacional Atlético Clube, na Barra Funda, Zona Oeste.

Cada equipe deverá conter no mínimo nove atletas e no máximo 15. Obrigatoriamente, para o time ser inscrito, metade dos “jogadores” devem ser sindicalizados. Os servidores não sindicalizados terão que pagar R\$ 60 pela inscrição no torneio.

As partidas ocorrerão nos meses de setembro e outubro, durante a semana no período noturno. A grande final será

num sábado (ainda sem data definida), quando acontecerá um churrasco para confraternização da categoria.

Fomentar a aproximação e criação de elos entre os servidores dos diferentes tribunais e incentivar a prática de esportes são objetivos deste evento que já virou tradição na categoria. Monte a sua equipe, defina sua tática e venha participar.



Servidores disputam a copa Sintrajud em 2009. Torneio já é tradição na categoria

Repressão violenta da polícia não para mobilização no MG

Pedro Aparecido, ferido com bala de borracha em ato contra privatizações, relata tentativa de criminalizar, com ajuda da Justiça, greves e lutas sociais no estado

No Mato Grosso, com a ajuda do Poder Judiciário, a criminalização dos movimentos sociais é, talvez, a maior do país. É o que se observa no relato do servidor Pedro Aparecido, diretor da Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal) e do Sindijufe-MT, o sindicato da categoria no estado. Na quarta (27), Pedro foi um dos quatro manifestantes atingidos por balas de borracha disparadas pela Polícia Militar durante um ato pacífico no Centro de Cuiabá, contra a privatização da companhia de água e esgoto da cidade. A seguir, a trechos da entrevista com Pedro, que integra a coordenação do movimento LutaFenajufe.

LutaFenajufe Notícias - A que você atribui a reação da polícia ao protesto?

Pedro Aparecido - A reação da polícia foi detalhadamente proposital. Não foi um ato isolado. Eles tinham ordem para atirar, inicialmente, com balas de borracha e não sendo suficientes, com balas de metal. Em Mato Grosso, o governo estadual de Silva Barbosa, do PMDB, não negocia com nenhum sindicato em greve e encaminha para o subalterno e corrupto judiciário estadual, que obedece ao governo. Todas as greves aqui foram declaradas ilegais ou abusivas, com determinação de multas altíssimas que os sindicatos não podem pagar e, em

todos os processos de greve, foi determinado pelo judiciário o corte de ponto. Portanto, isto confirma que a PM está muito bem preparada para matar o pobre, o negro, o trabalhador. No caso das privatizações, o governo quer dar um exemplo que não tolerará resistências nas ruas.

O que a manifestação defendia?

A manifestação fez parte do Ato em Defesa do Serviço Público, Contra a Privatização da Sanecap (água e esgoto) e Contra o Fim do Passe Livre. Este fórum é composto por mais de 50 entidades. Tentaram até colocar a gestão, em anos anteriores, de algumas escolas públicas com

empresas particulares. Não deu certo e retornou a gestão para a Prefeitura. Vários membros da Prefeitura de Cuiabá e do governo estadual estão envolvidos em corrupção de desvios da verba do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] e desvios de dinheiro com superfaturamento em compras de maquinários e caminhões, respectivamente. No governo estadual, a saúde pública teve a gestão dos hospitais públicos regionais repassada para as “Oscip” [supostas organizações sociais privadas]. Portanto, o ataque, tanto no município, como no estado, é grande em relação ao serviço público.

Leia entrevista completa no site

Intolerância à flor da pele

As agressões contra homossexuais acontecem por falta de lei que criminalize a ação

Por Vivian Costa

Agressões gratuitas como a que aconteceu com o pai e filho que foram confundidos com um casal gay em São João da Boa Vista (SP), ou a simples demissão de um trabalhador que exigiu respeito no seu local de trabalho, em Caçapava (SP), mostra uma sociedade homofóbica.

No primeiro caso, os agressores assumiram a autoria do crime, mas negam homofobia. Mas todos sabem que pai e filho foram abordados por cerca de sete homens que os questionaram se eles eram um casal homossexual instantes antes de serem agredidos. A violência foi tanta, que um dos criminosos mordeu e arrancou um pedaço da orelha direita do pai.

No caso de Caçapava, um trabalhador da fábrica Intertrim, foi demitido na semana passada por perseguição de seu chefe pelo fato de ser homossexual. Segundo ele, o chefe vinha há tempos fazendo piadas discriminatórias, deboches e outras formas de humilhação. Um dia antes da demissão, o chefe enfiou a mão dentro roupa dele dizendo que queria saber se ele havia posto silicone. Diante desta agressão, o funcionário foi



ao RH se queixar. No dia seguinte foi demitido juntamente com o colega que presenciou tudo.

Sem contar os inúmeros casos de agressões na região da Avenida Paulista, onde vários preconceituosos atacam sem nenhuma piedade algum jovem só por ele ser gay. O fato tem feito com que vários rapazes, inclusive os que moram na região, se previnam e não andem sozinhos à noite. “Uso táxi para não ter de andar sozinho, nem que seja alguns quarteirões”, disse um dos moradores da Rua Frei Caneca, que não quis se identificar.

Como não há bom senso, há no Congresso brasileiro, um projeto de lei complementar que criminaliza a homofobia, o PL 122/2001, mas que

não tem sequer perspectiva de ser levado a votação, já que há uma grande resistência à matéria principalmente entre as bancadas religiosas.

Na contramão, o STF aprovou a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Mesmo assim, uma pesquisa do Ibope, revelou que a sociedade brasileira é contra essa união estável. Segundo o estudo, realizado entre os dias 14 e 18 de julho, 55% dos brasileiros são contra o casamento gay e 45% são favoráveis.

Luta pela criminalização

Para a presidente da comissão da Diversidade Sexual na OAB nacional, Maria Berenice Dias, diante das situações registradas, há uma necessidade de criminalização. “Infelizmente casos como esses acontecem e só evidenciam a necessidade de uma legislação específica – a falta de lei é que dá a sensação de impunidade e legitima esse tipo de ação. Por isso, a necessidade de uma lei federal que realmente penalize. Está mais do que na hora desses agressores serem responsabilizados. Afinal, as pessoas podem ter uma convicção pessoal ou religiosa, mas não podem afrontar o direito do outro.”